



Câmara Municipal da Marinha Grande
www.cm-mgrande.pt



CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS COM A EMPRESA MUNICIPAL TUMG, E.M.

Marinha Grande, Junho 2014



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

**(A ser presente em sede de reunião de Câmara Municipal para apoio à aprovação de
Relatório de Atividades e Contas Consolidadas)**

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do *Município da Marinha Grande*, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2013, (que evidencia um total de 117.412.769,20 euros e um total de fundos próprios de 84.186.038,27 euros, incluindo um resultado líquido de 1.703.902,42 euros), a Demonstração de resultados consolidada por natureza, a Demonstração de Fluxos de Caixa consolidada e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Câmara do Município da Marinha Grande a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.



Âmbito

4. O exame a que procedemos, exceto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 7., foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Câmara, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de actividades consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7. Ao nível do ativo imobilizado registado nas Demonstrações Financeiras, rubrica com elevada significância nas Contas Municipais, conclui-se que foram tomadas medidas que visaram o reconhecimento de todas as operações nascidas em 2013, tanto em termos de aquisições como de abates. Contudo, poderão existir bens imobilizados pertencentes ao Município não reflectidos nas Contas ou, em contrapartida, estarem registados bens que já não estão, por inutilização, sinistro ou obsolescência, em utilização. Decorrente desta situação não é possível confirmar parte do Fundo Patrimonial.



Opinião

8. Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito de ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo nº 7, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Município da Marinha Grande, em 31 de dezembro de 2013, o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nosso parecer que o relatório de actividades consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas.

Ênfases

10. Sem afetar a opinião, chamamos a atenção para as seguintes situações:
- a. Por imperativo da DGAL, existem empréstimos que estão a ser considerados no médio e longo prazo na sua totalidade, quando, em parte, vencem-se a menos de um ano, tal como divulgado em Anexo;
 - b. O Município estaria contratualmente obrigado a adquirir 52 fogos em Camarnal até Janeiro de 2007 ao IHRU. Deste modo, encontra-se registado em dívida o montante de 1.583.173,35€, do qual, 1.387.026,30€ em médio e longo prazo. Atentos os limites de endividamento e rateio atualmente em vigor, sem qualquer concessão de excecionamento, configura-se difícil a contracção de empréstimo para sanar este compromisso futuro. A dívida em questão tem vindo a gerar juros de mora que o Município reconhece nas suas contas desde 30 de junho de 2009 no montante de 382.487,37€ em acréscimos de custos e no montante de 42.033,02€ em outros credores;




- c. Decorrente da entrada em vigor da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a 1 de janeiro de 2014, alguns preceitos têm aplicação parcial à prestação de contas de 2013, nomeadamente em matéria de perímetro de participações para efeitos de endividamento e consolidação o que poderá vir a ocasionar alterações não materiais às Contas do município;
- d. Existe um diferendo quanto ao cumprimento da redução de trabalhadores com as entidades oficiais, sendo que, para o Município e Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), os cargos políticos correspondentes aos membros dos gabinetes de apoio ao presidente e vereadores em regime de permanência estarão excecionados na obrigação de redução de trabalhadores no ano de 2013. Para o município e ANMP os membros dos gabinetes de apoio não integram este conceito não devendo ser considerados.
- e. A Empresa municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM, Unip. S.A. utiliza o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC). O SNC afasta-se do POCAL na aplicação de alguns critérios de reconhecimento, valorização e apresentação dos saldos e operações. Nas demonstrações financeiras consolidadas do *Município da Marinha Grande* referentes ao período findo a 31 de dezembro de 2013, foi feita a harmonização contabilística ao nível do activo imobilizado e das provisões de cobrança duvidosa, procedimento não observado no exercício de 2012, pelo que as Contas de 2013 não são comparáveis de forma não material com o ano anterior.

Lisboa, 16 de junho de 2014

**APPM – ANA CALADO PINTO, PEDRO DE CAMPOS MACHADO,
ILÍDIO CÉSAR FERREIRA & ASSOCIADO, SROC, LDA.**

**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por:**



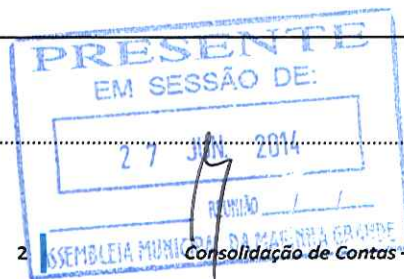
Ana Calado Pinto
(ROC N.º 1.103)

INDICE

ÍNDICE DE FIGURAS	2
ÍNDICE DE GRÁFICOS	3
ÍNDICE DE QUADROS	3
1. INTRODUÇÃO	4
1.1 OBJETIVOS DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS	5
1.2 CONCEITO E PROCEDIMENTOS	5
1.3 PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	6
1.4 MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO	6
2. ANÁLISE PATRIMONIAL	7
2.1. ANÁLISE DAS CONTAS DE CUSTOS CONSOLIDADOS	7
2.1.1. Conta 61 – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC) Consolidados	8
2.1.2. Conta 62 – Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) Consolidados	8
2.1.3. Conta 63 – Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais Consolidadas	9
2.1.4. Conta 64 – Custos com Pessoal Consolidados	9
2.1.5. Conta 65 – Custos Operacionais Consolidados	9
2.1.6. Conta 66 – Amortizações do Exercício Consolidados	10
2.1.7. Conta 67 – Provisões do Exercício Consolidado	10
2.1.8. Conta 68 – Custos e Perdas Financeiros Consolidados	11
2.1.9. Conta 69 – Custos e Perdas Extraordinários Consolidados	11
2.2. ANÁLISE ÀS CONTAS DE PROVEITOS	12
2.2.1. Conta 71 – Vendas e Prestações de Serviços Consolidados	12
2.2.2. Conta 72 – Impostos e Taxas Consolidados	13
2.2.3. Conta 73 – Proveitos Suplementares Consolidados	13
2.2.4. Conta 74 – Transferências e Subsídios Obtidos Consolidados	13
2.2.5. Conta 75 – Trabalhos para a própria Entidade Consolidados	14
2.2.6. Conta 76 – Outros Proveitos e Ganhos Operacionais consolidados	14
2.2.7. Conta 78 – Proveitos e Ganhos Financeiros consolidados	15
2.2.8. Conta 79 – Proveitos e Ganhos Extraordinários Consolidados	15
2.3. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO CONSOLIDADO	16
2.4. INDICADORES DE GESTÃO PATRIMONIAL	17
2.4.1. Rácios de Liquidez	17
2.4.2. Rácio de Solvabilidade	18
2.4.3. Rácio da Autonomia Financeira	18
2.4.4. Rácios de Endividamento	18
3. EVOLUÇÃO DA GESTÃO DO CONJUNTO DAS ENTIDADES COMPREENDIDAS NA CONSOLIDAÇÃO	19
3.1 ANÁLISE AO BALANÇO	19
3.2 ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	20
4. ANEXOS À DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	22
4.1 INTRODUÇÃO	22
4.2 INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	22
4.2.1 Entidades incluídas na consolidação	22
4.3 INFORMAÇÕES DE PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	23
4.4 INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA	23
4.5 INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO:	23
4.6 INFORMAÇÕES SOBRE O ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO	23
4.7 INFORMAÇÕES SOBRE SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS	23
4.8 INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS	24
4.9 INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	24
PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA	25

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Perímetro de consolidação



ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução dos Fornecimentos e Serviços Externos consolidados entre 2011 e 2013	8
Gráfico 2: Evolução das Transferências e Subsídios Correntes Concedidos consolidados entre 2011 e 2013	9
Gráfico 3: Evolução dos Custos com o Pessoal consolidado entre 2011 e 2013	9
Gráfico 4: Evolução dos Custos Operacionais consolidados entre 2011 e 2013	10
Gráfico 5: Evolução dos Custos consolidados com Amortizações do Exercício entre 2011 e 2013	10
Gráfico 6: Evolução das Provisões consolidadas entre 2011 e 2013	11
Gráfico 7: Evolução dos Custos e Perdas Financeiros consolidados entre 2011 e 2013	11
Gráfico 8: Evolução dos Custos Extraordinários consolidados entre 2011 e 2013	11
Gráfico 9: Evolução das Vendas e Prestações de Serviços consolidadas entre 2011 e 2013	13
Gráfico 10: Evolução dos Impostos e Taxas consolidados entre 2011 e 2013	13
Gráfico 11: Evolução das Transferências e Subsídios Obtidos consolidados entre 2011 e 2013	14
Gráfico 12: Evolução dos Trabalhos para a Própria Entidade consolidados entre 2011 e 2013	14
Gráfico 13: Evolução dos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais consolidados entre 2011 e 2013	15
Gráfico 14: Evolução dos Proveitos e Ganhos Financeiros consolidados entre 2011 e 2013	15
Gráfico 15: Evolução dos Proveitos e Ganhos Extraordinários consolidados entre 2011 e 2013	16

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Evolução dos custos totais consolidados, entre 2011 e 2013	7
Quadro 2: Evolução dos custos globais consolidados entre 2011 e 2013	7
Quadro 3: Evolução dos CMVMC consolidado entre 2011 e 2013	8
Quadro 4: Evolução dos Proveitos consolidados entre 2011 e 2013	12
Quadro 5: Evolução global dos proveitos consolidados entre 2011 e 2013	12
Quadro 6: Evolução do Resultado Líquido do Exercício consolidado entre 2011 e 2013	16
Quadro 7: Evolução dos Resultados Operacionais, Financeiros e Correntes consolidados entre 2011 e 2013	16
Quadro 8: Liquidez Geral consolidada entre 2011 e 2013	17
Quadro 9: Liquidez Reduzida consolidada entre 2011 e 2013	17
Quadro 10: Liquidez Imediata consolidada entre 2011 e 2013	18
Quadro 11: Rácio de Solvabilidade consolidado entre 2011 e 2013	18
Quadro 12: Rácio da Autonomia Financeira entre 2009 e 2013	18
Quadro 13: Rácio do Endividamento Consolidado entre 2011 e 2013	19
Quadro 14: Rácio do Endividamento - Empréstimos de Médio e Longo Prazo consolidado entre 2011 e 2013	19
Quadro 15: Mapa - Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado – Ativo	19
Quadro 16: Mapa - Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado – Capital Próprio e Passivo	20
Quadro 17: Mapa - Síntese da Estrutura da Demonstração de Resultados Consolidada – Custos e Perdas	21
Quadro 18: Mapa - Síntese da Estrutura da Demonstração de Resultados Consolidada – Proveitos e Ganhos	21
Quadro 19: Endividamento consolidado de médio e longo prazos	23
Quadro 20: Mapa de Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas Consolidado	24
Quadro 20: Mapa de Provisões Consolidado	24



1. INTRODUÇÃO

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece o novo regime financeiro das Autarquias Locais, revogando a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, contendo mudanças legislativas relevantes, em particular no que respeita à Prestação de Contas Consolidadas.

Apesar do referido na nova lei que preceitua o novo regime financeiro das autarquias locais, e considerando que o Município da Marinha Grande a 31.12.2013 detém 100% do Capital Social da empresa municipal TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPESSOAL S.A., a consolidação de contas do exercício de 2013 é obrigatória atento o preceituado no n.º1 do art.º 46.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro.

Para a efetiva aplicação do disposto os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos continuam a ser definidos pela Portaria n.º 474/2010 de 15 de junho, publicada na 2.ª Série do Diário da República em 1 de julho de 2010, que aprovou a orientação n.º 1/2010 "Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo."

Em 28 de abril de 2011 foram publicadas, pelo SATAPOCAL, as instruções para a consolidação de contas dos municípios, atentas as especificidades do subsector das autarquias locais.

Considerando que os municípios têm vindo a adotar formas organizacionais de diversa natureza, nomeadamente empresarial, que detêm ou controlam, para a prossecução das suas atribuições e competências, numa lógica de grupo municipal, tendo vindo a ser considerada exígua a prestação de contas individualizada por cada uma daquelas entidades, por tal não permitir uma visão global da situação financeira do grupo municipal, o que dificulta, quer a tomada de decisão dos gestores municipais quer a avaliação integrada do conjunto de atividades desenvolvidas por aquelas entidades, a consolidação de contas nos municípios surge da necessidade de se melhorar a informação contabilística prestada pela administração local com o objetivo de elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo, ainda, o estabelecimento de contas únicas representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns.

Assim, para além das contas individuais que os municípios são obrigados a apresentar, passam, também, a apresentar as contas consolidadas do grupo municipal em que a autarquia se enquadra.

Desta forma, apresenta-se a Consolidação de Contas de 2013 do grupo público municipal da Marinha Grande, que integra a informação financeira consolidada.



1.1 OBJETIVOS DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

O principal objetivo da consolidação de contas é proporcionar uma visão verdadeira e apropriada sobre o grupo autárquico como se de uma única entidade se tratasse. Ao proceder-se à eliminação das operações internas, as demonstrações financeiras consolidadas cumprem o principal objetivo da consolidação de contas, ou seja, a apresentação dos resultados do grupo como se de uma única entidade se tratasse, pois evidenciam apenas as operações externas.

A avaliação das Demonstrações Financeiras Consolidadas visa proporcionar uma imagem verdadeira da situação financeira e económica do grupo, podendo-se obter informações financeiras e económicas do grupo avaliando apenas um conjunto de demonstrações financeiras, em vez de individualmente.

1.2 CONCEITO E PROCEDIMENTOS

Para que o grupo seja visto como uma única entidade, nas Demonstrações Financeiras consolidadas devem ser eliminados todos os saldos, transações e resultados não realizados, provenientes de operações efetuadas entre o Município da Marinha Grande e a TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPESSOAL S.A..

Ao eliminarem-se as operações intra-grupo, quer sejam dívidas, gastos/perdas, rendimentos/ganhos, que tiveram lugar apenas por força das relações entre as entidades do grupo, verifica-se que os resultados consolidados apresentados representam apenas as operações externas, ou seja, entre o grupo e o exterior.

No processo de consolidação distinguem-se dois tipos de transações: as recíprocas e as não recíprocas.

As transações recíprocas ao serem anuladas, por se compensarem entre si, não provocam alterações nos resultados, enquanto que nas operações não recíprocas isso não sucede.

O processo de consolidação de contas deve, por norma, obedecer aos seguintes passos:

- a. Definição do Perímetro de Consolidação;
- b. Deve ser desenhado o organograma do grupo, com todas as entidades alvo de consolidação;
- c. Escolha do método de Consolidação – Com base na percentagem de controlo detida pela empresa;
- d. Levantamento das Demonstrações Financeiras individuais de cada entidade pertencente ao perímetro de consolidação;
- e. Harmonização das políticas contabilísticas – normalização de políticas e procedimentos para tornar comparáveis os elementos das Demonstrações Financeiras;
- f. Agregação das Demonstrações Financeiras individuais – tendo por base o método de consolidação escolhido;
- g. Eliminação das transações intra-grupo;
- h. Elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas.



1.3 PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

Para a elaboração de contas consolidadas é necessário definir o perímetro de consolidação. Esta delimitação tem por base a percentagem de controlo detida pela entidade consolidante.

Nestes termos, na prestação de contas do Município da Marinha Grande, relativas ao ano de 2013, o grupo público municipal engloba o Município da Marinha Grande e a empresa municipal TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPessoal S.A..

Figura 1: Perímetro de consolidação

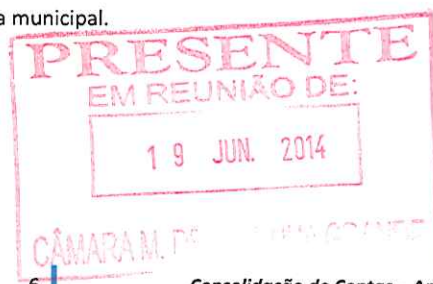
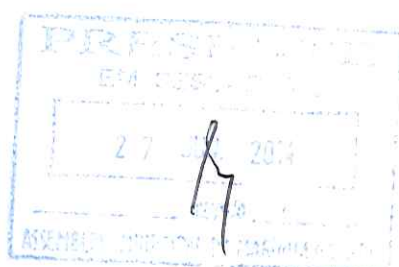


1.4 MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

O método de consolidação a aplicar depende da relação de controlo verificada entre a entidade consolidante e a entidade alvo de consolidação.

No caso de a entidade consolidante deter sobre a participada, uma percentagem de controlo superior a 50%, presume-se a existência de controlo exclusivo ou influência dominante, determinando que seja aplicado o Método de Consolidação Integral.

Deste modo, e considerando que o Município da Marinha Grande detém uma participação de 100% sobre a empresa municipal TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPessoal S.A. o método de consolidação adotado foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos do balanço e demonstração de resultados da empresa municipal.



2. ANÁLISE PATRIMONIAL

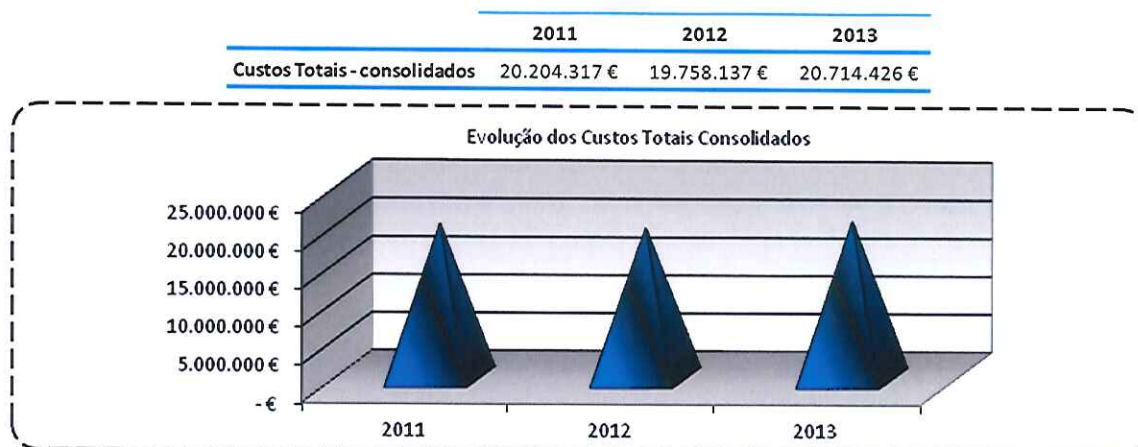
Neste capítulo irá proceder-se a uma análise mais detalhada aos custos e proveitos consolidados no ano de 2013.

2.1. ANÁLISE DAS CONTAS DE CUSTOS CONSOLIDADOS

Nas contas da Classe 6 – Custos e Perdas, registam-se todos os custos consolidados incorridos ao longo do ano financeiro.

Analisando a evolução dos custos totais, verifica-se que no ano de 2013 se regista um aumento de 4,84% face ao ano anterior, o que corresponde em termos absolutos a um acréscimo de 956.289 euros.

Quadro 1: Evolução dos custos totais consolidados, entre 2011 e 2013

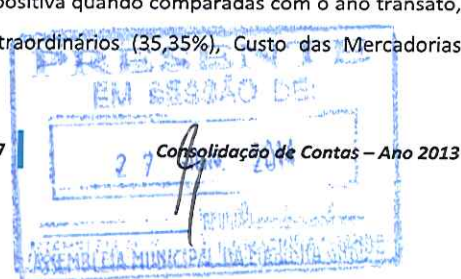
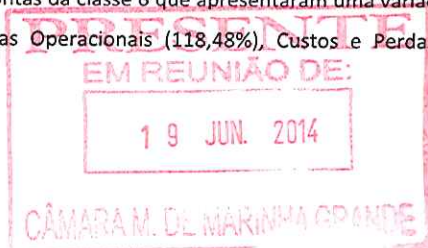


A classe 6 é composta por nove grandes grupos de contas que registam de forma mais desagregada o tipo de custos consolidados, pelo que importa verificar as principais alterações registadas em cada um dos grupos de modo a explicitar o aumento dos custos totais verificados do ano de 2012 para 2013. No quadro seguinte, pode analisar-se a evolução, dos custos consolidados de cada um dos grupos da classe 6.

Quadro 2: Evolução dos custos globais consolidados entre 2011 e 2013

CUSTOS TOTAIS	2011	2012	%	2013	VARIAÇÃO	
					ABSOLUTA	%
C.M.V.M.C. - consolidado	255.194 €	185.463 €	-27,32%	211.747 €	26.284 €	14,17%
Fornecimentos e Serviços Externos - consolidado	8.513.732 €	7.737.112 €	-9,12%	7.951.989 €	214.877 €	2,78%
Transferências e Subsídios Correntes - consolidado	1.035.825 €	1.065.773 €	2,89%	976.360 €	- 89.413 €	-8,39%
Custos com o Pessoal - consolidado	5.372.116 €	5.026.782 €	-6,43%	5.317.692 €	290.910 €	5,79%
Outros Custos e Perdas Operacionais - consolidado	63.197 €	70.721 €	11,91%	154.512 €	83.790 €	118,48%
Amortizações do Exercício - consolidado	3.863.935 €	3.890.036 €	0,68%	4.055.906 €	165.870 €	4,26%
Provisões do Exercício - consolidado	390.852 €	394.136 €	0,84%	315.780 €	- 78.356 €	-19,88%
Custos e Perdas Financeiros - consolidado	211.915 €	195.602 €	-7,70%	116.396 €	- 79.206 €	-40,49%
Custos e Perdas Extraordinários - consolidado	497.552 €	1.192.512 €	139,68%	1.614.044 €	421.531 €	35,35%
Total	20.204.317 €	19.758.137 €		20.714.426 €	956.289 €	

Como se pode verificar as contas da classe 6 que apresentaram uma variação positiva quando comparadas com o ano transato, são: Outros Custos e Perdas Operacionais (118,48%), Custos e Perdas Extraordinários (35,35%), Custo das Mercadorias



Vendas e das Matérias Consumidas, de ora em diante designado por CMVMC (14,17%), Custos com Pessoal (5,79%), Amortizações do Exercício (4,26%) e Fornecimentos e Serviços Externos (2,78%).

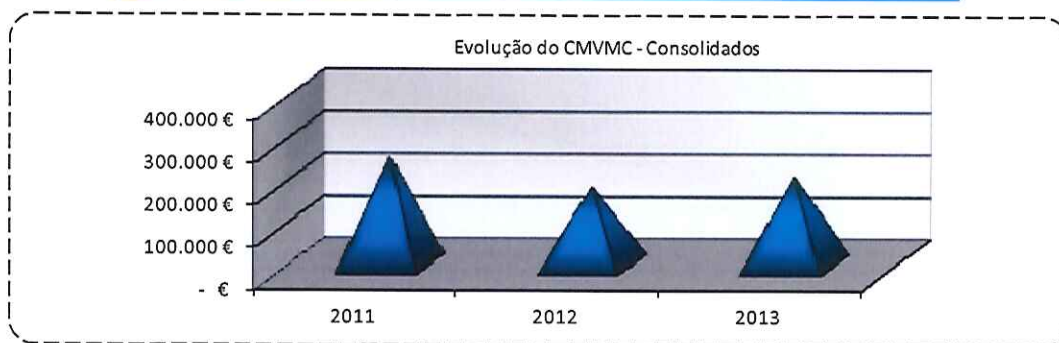
As restantes contas da classe 6 registaram um decréscimo face ao ano de 2012, a saber: Custos e Perdas Financeiros (-40,49%), Provisões (-19,88%) e transferências e subsídios correntes (-8,39%).

2.1.1. Conta 61 – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC) Consolidados

Na conta 61 regista-se o custo consolidado tido com as mercadorias vendidas e matérias consumidas no processo produtivo das entidades a consolidar, inerente à prossecução das suas atribuições.

Quadro 3: Evolução dos CMVMC consolidado entre 2011 e 2013

C.M.V.M.C. - Consolidados	2011	2012	2013
Mercadorias - Consolidados	3.693 €	1.285 €	5.241 €
Matérias - Primas, Subs. e Consumo - Consolidados	251.502 €	184.178 €	206.506 €
Total	255.194 €	185.463 €	211.747 €



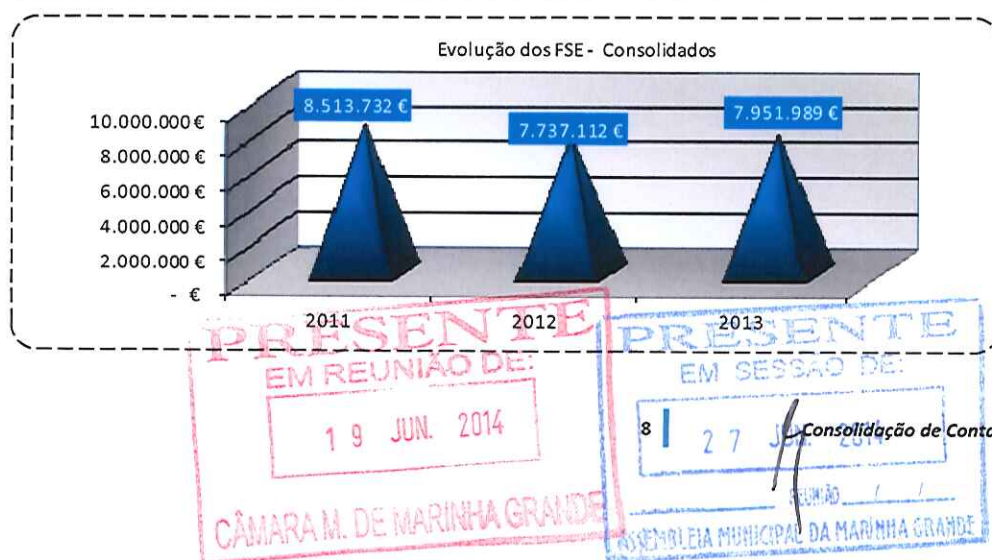
2.1.2. Conta 62 – Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) Consolidados

A conta 62 apresenta todas as despesas realizadas com a aquisição de bens e serviços de natureza corrente, bem como os serviços prestados por terceiros, essenciais ao normal funcionamento das entidades a consolidar.

A análise dos valores apresentados permite aferir que se assistiu a um aumento dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos de 2012 para 2013, sendo que o ano de 2011 registou-se uma diminuição face ao ano de 2012.

O crescimento registado em 2013 foi de 2,78%, o que corresponde em termos absolutos a um aumento de 214.877 euros.

Gráfico 1: Evolução dos Fornecimentos e Serviços Externos consolidados entre 2011 e 2013



2.1.3. Conta 63 – Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais Consolidadas

A conta 63 regista as transferências correntes, subsídios e prestações de natureza social concedidas às unidades institucionais e a famílias.

Face aos valores apresentados podemos verificar que de 2012 para 2013 se assistiu a uma diminuição dos custos com transferências e subsídios concedidos, o qual foi de 8,39%.

Gráfico 2: Evolução das Transferências e Subsídios Correntes Concedidos consolidados entre 2011 e 2013

**2.1.4. Conta 64 – Custos com Pessoal Consolidados**

Na conta 64 registam-se todos os encargos tidos com o pessoal ao serviço das entidades a consolidar, remunerações e outros.

De acordo com os valores apresentados, verifica-se que, de 2012 para 2013, se assistiu a um aumento dos Custos com Pessoal, registando-se um acréscimo de cerca de 5,79% face ao ano anterior.

Gráfico 3: Evolução dos Custos com o Pessoal consolidado entre 2011 e 2013

**2.1.5. Conta 65 – Custos Operacionais Consolidados**

A conta 65 é uma conta residual onde se registam outros custos tidos com a atividade principal.

O gráfico seguinte mostra que os Custos Operacionais registaram um acréscimo face a idêntico período de 2012, de cerca de 118,48%, o que corresponde a 83.790 euros, em termos absolutos, confirmando a tendência de aumento registada em 2011. O ano de 2013 é inclusivamente, o ano que apresenta valor mais elevado no período em análise.

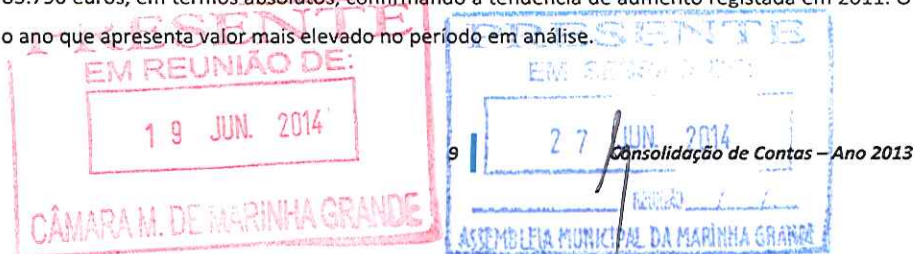
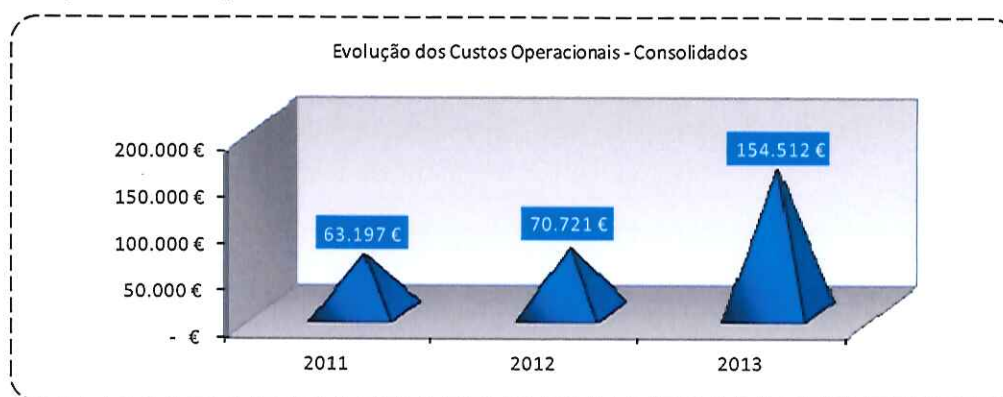


Gráfico 4: Evolução dos Custos Operacionais consolidados entre 2011 e 2013



2.1.6. Conta 66 – Amortizações do Exercício Consolidados

A conta 66 - Amortizações do Exercício regista a depreciação do imobilizado corpóreo e incorpóreo no ano de 2013.

De acordo com a análise do gráfico seguinte, verifica-se que em 2013 se regista um acréscimo face a igual período de 2012 de cerca de 4,26%, o que em termos absolutos representa um acréscimo de cerca de 165.870 euros.

Gráfico 5: Evolução dos Custos consolidados com Amortizações do Exercício entre 2011 e 2013



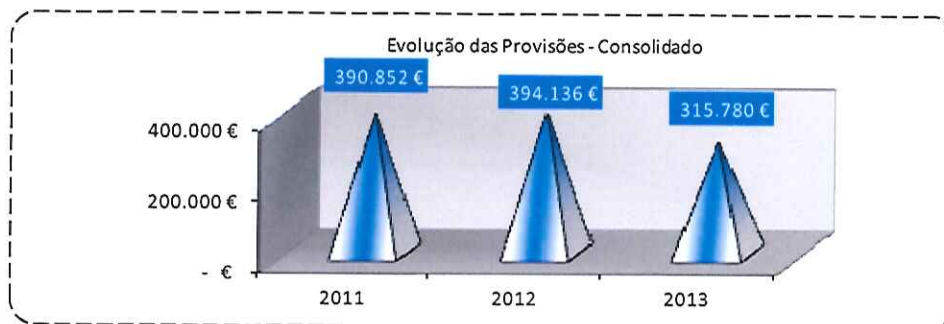
2.1.7. Conta 67 – Provisões do Exercício Consolidado

A conta 67 permite o registo de forma global, no final do período contabilístico, da variação positiva da estimativa dos riscos em cada espécie de provisão entre dois períodos contabilísticos consecutivos que tiver características de custo operacional.

Como mostra o gráfico seguinte, os custos com provisões registaram um decréscimo de 2012 para 2013 de cerca de 19,88%, o que em termos absolutos representa um decréscimo de 79.356 euros.



Gráfico 6: Evolução das Provisões consolidadas entre 2011 e 2013

**2.1.8. Conta 68 – Custos e Perdas Financeiros Consolidados**

A conta 68 da Demonstração de Resultados permite efetuar o registo dos custos do exercício com a utilização de capital alheio. Os Custos e Perdas Financeiros registaram, em 2013, um decréscimo de 40,49%, como se verifica no gráfico seguinte, o que corresponde a uma redução de 79.206 euros, em termos absolutos.

Gráfico 7: Evolução dos Custos e Perdas Financeiros consolidados entre 2011 e 2013

**2.1.9. Conta 69 – Custos e Perdas Extraordinários Consolidados**

Na conta 69, registam-se os valores considerados extraordinários à atividade normal das entidades a consolidar. Da análise do gráfico podemos concluir que em 2013 se assiste a um aumento da rubrica de Custos Extraordinários consolidados em cerca de 35,35%.

Gráfico 8: Evolução dos Custos Extraordinários consolidados entre 2011 e 2013



2.2. ANÁLISE ÀS CONTAS DE PROVEITOS

Na classe 7 são registados os proveitos e ganhos que as entidades a consolidar obtêm com a prossecução das suas atribuições.

De acordo com os valores apresentados no quadro seguinte, verifica-se que os proveitos totais consolidados apresentaram oscilação ao longo dos períodos em análise. No ano de 2013 regista-se um acréscimo de cerca de 3,38% face ao ano transato, o que em termos absolutos representa um aumento de 732.834 euros.

Quadro 4: Evolução dos Proveitos consolidados entre 2011 e 2013

	2011	2012	2013
Proveitos Consolidados	24.330.138 €	21.685.494 €	22.418.328 €

A classe 7 é composta por sete grandes grupos, os quais tipificam o tipo de proveitos.

No quadro seguinte, pode analisar-se a evolução de cada um dos grupos da classe 7 ao longo dos últimos três anos, no qual se verifica que todas as rubricas seguiram uma evolução de aumento dos proveitos, contribuindo assim para a evolução positiva dos Proveitos Totais.

Quadro 5: Evolução global dos proveitos consolidados entre 2011 e 2013

PROVEITOS TOTAIS CONSOLIDADOS	2011	2012	%	2013	VARIAÇÃO	
					ABSOLUTA	%
Vendas Bens e Prestações de Serviços - Consolidados	7.371.858 €	6.583.167 €	-10,70%	6.630.846 €	47.679 €	0,72%
Impostos e Taxas - Consolidados	6.478.392 €	6.460.317 €	-0,28%	6.733.554 €	273.237 €	4,23%
Transferências e Subsídios Obtidos - Consolidados	7.212.214 €	6.327.018 €	-12,27%	6.483.239 €	156.221 €	2,47%
Trabalhos para a Própria Entidade - Consolidados	8.255 €	5.178 €	-37,28%	10.367 €	5.189 €	100,22%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais - Consolidados	8.478 €	9.035 €	6,58%	26.176 €	17.141 €	189,72%
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros - Consolidados	180.915 €	128.264 €	-29,10%	154.680 €	26.416 €	20,60%
Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários - Consolidados	3.070.026 €	2.172.515 €	-29,23%	2.379.466 €	206.951 €	9,53%
Total	24.330.138 €	21.685.494 €		22.418.328 €	732.834 €	3,38%

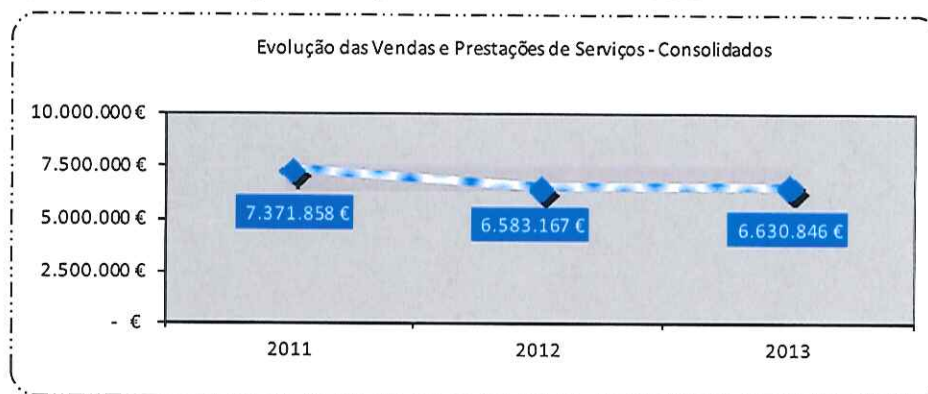
2.2.1. Conta 71 – Vendas e Prestações de Serviços Consolidados

A conta 71 permite contabilizar os proveitos decorrentes da Venda de Bens e Prestações de Serviços, valor que não inclui a taxa de IVA, nem qualquer outro imposto a que estejam sujeitas.

Conforme demonstra o gráfico seguinte esta rubrica apresenta um aumento de cerca de 0,72% face ao ano transato, o que em termos absolutos representa um acréscimo de 47.679 euros.

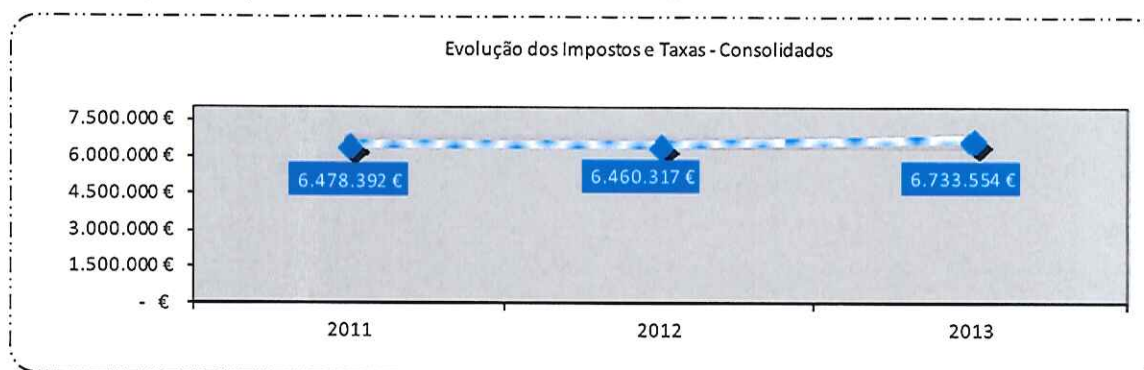


Gráfico 9: Evolução das Vendas e Prestações de Serviços consolidadas entre 2011 e 2013

**2.2.2. Conta 72 – Impostos e Taxas Consolidados**

No que respeita à conta 72, pode verificar-se que, de 2012 para 2013, se assistiu a um aumento dos proveitos relativos a impostos e taxas, líquidos de reembolsos, restituições e anulações, cifrando-se essa subida em cerca de 4,23% face ao ano anterior, o que em termos absolutos representa um acréscimo de 273.236 euros.

Gráfico 10: Evolução dos Impostos e Taxas consolidados entre 2011 e 2013

**2.2.3. Conta 73 – Proveitos Suplementares Consolidados**

A conta 73 pretende registar os proveitos obtidos com o valor acrescentado das atividades que não sejam próprias dos objetivos das entidades a consolidar.

No que concerne ao ano de 2013, tal como também verificado nos anos transatos, esta conta não apresentou qualquer movimento.

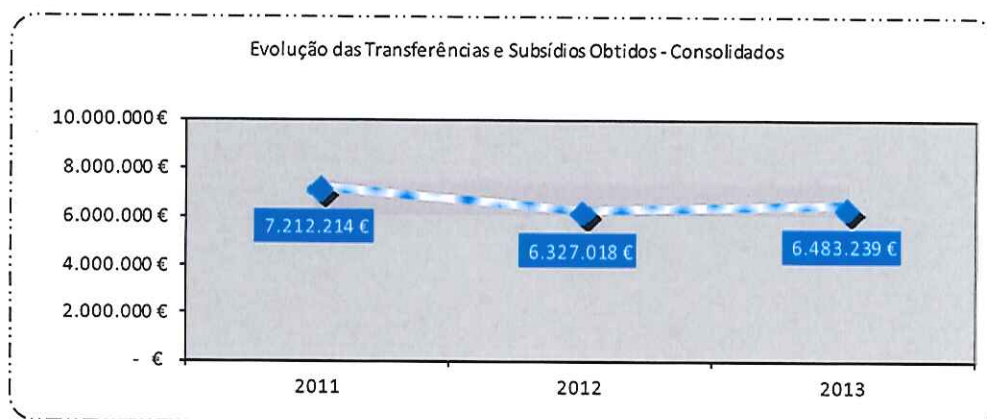
2.2.4. Conta 74 – Transferências e Subsídios Obtidos Consolidados

Na conta 74 registam-se as transferências efetuadas e arrecadadas, em cada exercício económico.

A conta 74 regista em 2013, um acréscimo de cerca de 2,47%, o que em termos absolutos representa um aumento de 156.221 euros.

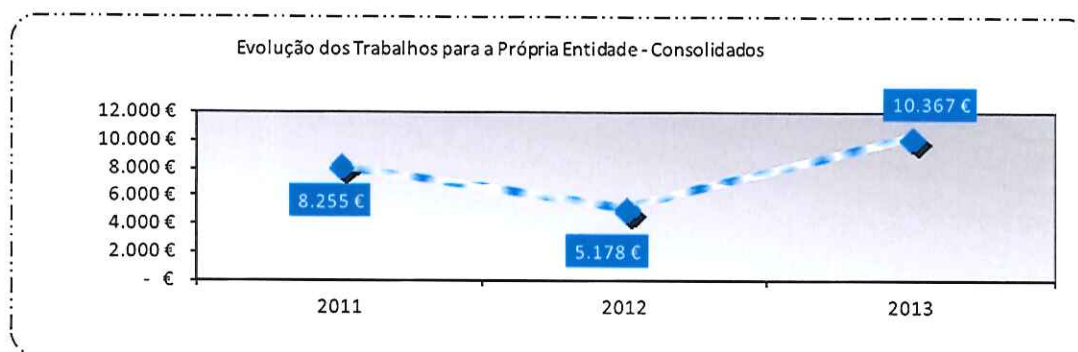


Gráfico 11: Evolução das Transferências e Subsídios Obtidos consolidados entre 2011 e 2013

**2.2.5. Conta 75 – Trabalhos para a própria Entidade Consolidados**

A conta 75 regista os trabalhos que as entidades a consolidar realizam para si próprias, trabalhos esses que dependem da administração direta e são realizados através da aplicação de meios próprios e adquiridos para esse efeito e que se destinam ao imobilizado.

Gráfico 12: Evolução dos Trabalhos para a Própria Entidade consolidados entre 2011 e 2013

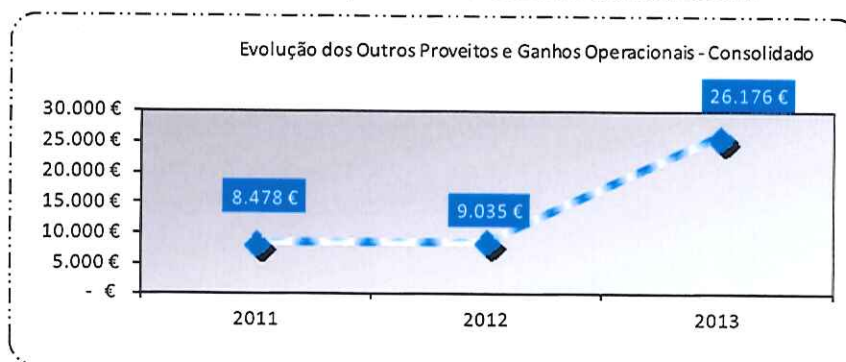
**2.2.6. Conta 76 – Outros Proveitos e Ganhos Operacionais consolidados**

Na conta 76 registam-se os proveitos de outras atividades desenvolvidas pelas entidades a consolidar.

Como se pode verificar pelo gráfico seguinte, o valor da conta 76 apresenta um acréscimo em 2013 de cerca de 189,72%.



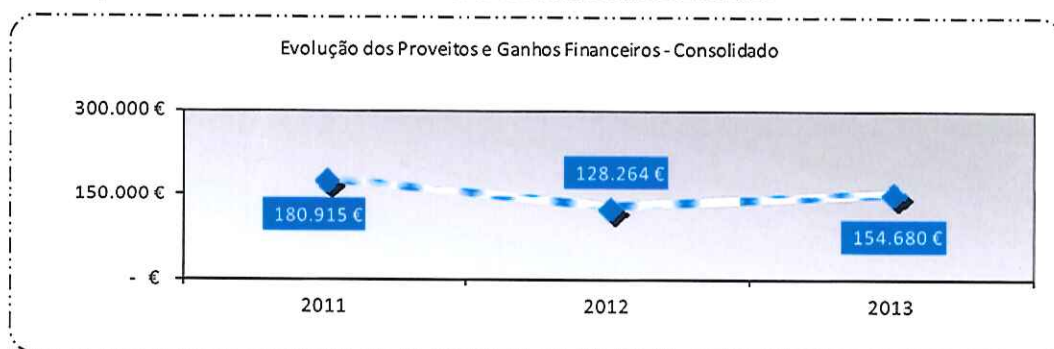
Gráfico 13: Evolução dos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais consolidados entre 2011 e 2013

**2.2.7. Conta 78 – Proveitos e Ganhos Financeiros consolidados**

A conta 78 deve refletir os Proveitos e Ganhos Financeiros das entidades a consolidar, conta esta que deve estar desagregada de acordo com a sua origem.

No ano de 2013 assistiu-se a um acréscimo de cerca de 20,60% desta rubrica, o que corresponde, em termos absolutos a um aumento de 26.416 euros.

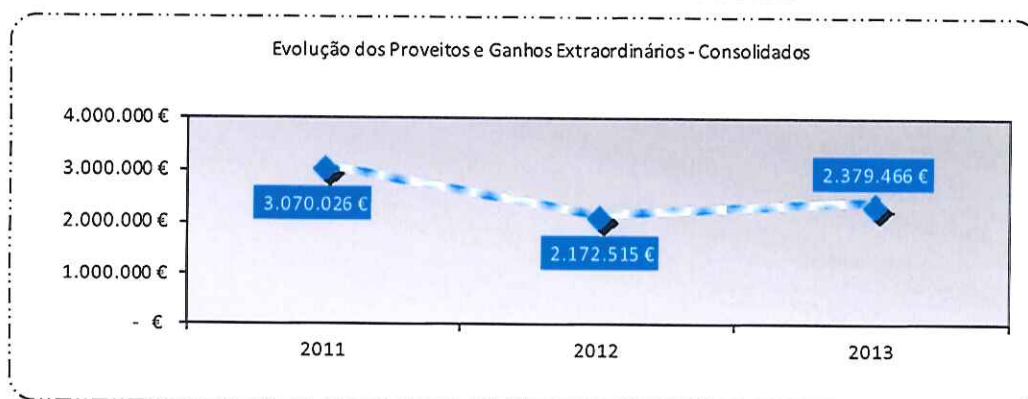
Gráfico 14: Evolução dos Proveitos e Ganhos Financeiros consolidados entre 2011 e 2013

**2.2.8. Conta 79 – Proveitos e Ganhos Extraordinários Consolidados**

A conta 79 regista os valores considerados extraordinários à atividade normal das entidades, em termos de proveitos, sendo que a diferença entre elas permite apurar os resultados extraordinários.

Face aos valores apresentados, verifica-se que no ano de 2013 se assiste a um aumento da rubrica dos Proveitos e Ganhos Extraordinários face ao ano anterior em cerca de 9,53%.



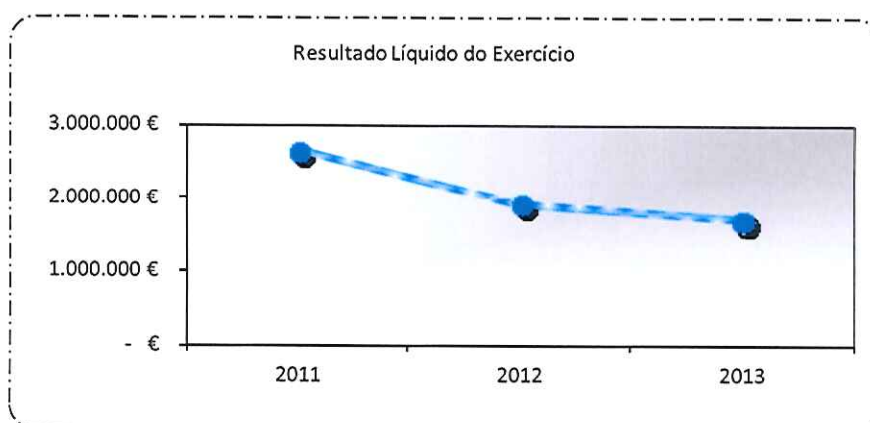
Gráfico 15: Evolução dos Proveitos e Ganhos Extraordinários consolidados entre 2011 e 2013

2.3. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO CONSOLIDADO

O quadro seguinte mostra a evolução do Resultado Líquido do Exercício desde 2011.

Quadro 6: Evolução do Resultado Líquido do Exercício consolidado entre 2011 e 2013

	2011	2012	2013
Resultado Líquido do Exercício	2.675.430 €	1.927.357 €	1.703.902 €



No ano de 2013, verifica-se um decréscimo quer nos Resultados Operacionais quer nos Resultados Correntes. No entanto, os Resultados Financeiros apresentam um acréscimo. Tal variação resulta numa diminuição do resultado líquido do exercício, no ano de 2013, de cerca de 11,59%, comparativamente ao apurado no ano transato, o que corresponde a uma diminuição de 223.455 euros, em termos absolutos.

Quadro 7: Evolução dos Resultados Operacionais, Financeiros e Correntes consolidados entre 2011 e 2013

	2011	2012	2013
Resultados Operacionais - consolidados	133.956 €	1.014.692 €	900.196 €
Resultados financeiros - consolidados	- 30.999 €	- 67.338 €	38.284 €
Resultados correntes - consolidados	102.957 €	947.354 €	938.480 €



2.4. INDICADORES DE GESTÃO PATRIMONIAL

Os indicadores de natureza patrimonial apresentam sinais da evolução da situação financeira de uma entidade, permitindo avaliar a sua capacidade de endividamento.

Deste modo, importa avaliar a evolução dos indicadores de gestão patrimonial relativamente ao grupo público municipal.

2.4.1. Rácios de Liquidez

Estes rácios indicam a rapidez com que o o grupo público municipal transforma os seus ativos em dinheiro, tornando-os líquidos.

O indicador de **Liquidez Geral** mede a cobertura do ativo circulante consolidado pelo passivo circulante consolidado. Através da análise dos dados constantes no quadro seguinte pode verificar-se que desde 2011 que este indicador apresenta uma tendência de crescimento sendo o ano 2013 o que apresenta o valor mais alto do período em análise. Considerando que o valor é superior à unidade, significa que o ativo circulante consolidado é superior ao passivo circulante consolidado em 3.782.745 euros. No que respeita às suas componentes verifica-se que o acréscimo do indicador se ficou a dever ao facto de se ter registado uma diminuição do denominador (-109.515 euros) e um aumento do numerador (+1.215.761 euros).

Quadro 8: Liquidez Geral consolidada entre 2011 e 2013

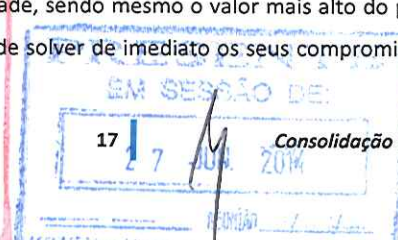
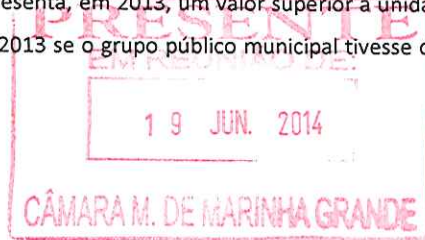
	2011	2012	2013
Ativo Circulante Consolidado	2,974,303 €	3,825,452 €	4,994,550 €
Passivo Circulante Consolidado	2,428,891 €	1,367,982 €	1,258,467 €
Liquidez Geral	1.22	2.80	3.97

O indicador de **Liquidez Reduzida** complementa a informação anterior. Pretende-se com este rácio avaliar a capacidade do grupo público municipal para fazer face às suas obrigações de curto prazo utilizando para isso o ativo circulante consolidado deduzido do valor das existências. Através da análise dos dados constantes no quadro seguinte pode verificar-se que desde 2011 este indicador apresenta uma tendência de crescimento, sendo que em 2013 regista-se novamente uma subida do mesmo, sendo mesmo o valor mais alto do período em análise. No que respeita às suas componentes verifica-se que o acréscimo do indicador se ficou a dever ao facto de se ter registado uma diminuição do denominador (-109.515 euros) e um aumento do numerador (+1.244.080 euros).

Quadro 9: Liquidez Reduzida consolidada entre 2011 e 2013

	2011	2012	2013
Ativo Circulante Consolidado	2,974,303 €	3,825,452 €	4,994,550 €
Existências Consolidadas	209,218 €	201,510 €	173,191 €
Passivo Circulante Consolidado	2,428,891 €	1,367,982 €	1,258,467 €
Liquidez Reduzida	1.14	2.65	3.83

Por sua vez, o indicador de **Liquidez Imediata** mede a capacidade do grupo público municipal para fazer face às suas dívidas de curto prazo recorrendo exclusivamente às suas disponibilidades. Face aos valores apresentados podemos verificar que o grau de liquidez imediata apresenta, em 2013, um valor superior à unidade, sendo mesmo o valor mais alto do período em análise. Quer isto dizer que em 2013 se o grupo público municipal tivesse de solver de imediato os seus compromissos de curto prazo



não se iria deparar com problemas de tesouraria dado que as disponibilidades são superiores ao passivo circulante em 2.367.973 euros.

Quadro 10: Liquidez Imediata consolidada entre 2011 e 2013

	2011	2012	2013
Disponibilidades Consolidadas	1,404,040 €	1,753,539 €	3,626,440 €
Passivo Circulante Consolidado	2,428,891 €	1,367,982 €	1,258,467 €
Liquidez Imediata	0.58	1.28	2.88

2.4.2. Rácio de Solvabilidade

O indicador de solvabilidade mede a capacidade financeira global que as entidades têm para solver a totalidade dos seus compromissos, isto é, evidencia se os capitais próprios são ou não suficientes para solver a dívida de curto, médio e longo prazo. Da análise dos valores apresentados no quadro seguinte verifica-se que este rácio tem apresentado valores superiores à unidade, com tendência a aumentar, sendo o ano de 2013 o que apresenta o valor mais alto do período em análise o que significa que o grupo público municipal tem vindo a diminuir a sua dependência em relação aos credores.

Quadro 11: Rácio de Solvabilidade consolidado entre 2011 e 2013

	2011	2012	2013
Fundo Patrimonial Consolidado	78.548.224 €	81.802.995 €	84.186.038 €
Passivo Consolidado	32.133.701 €	32.203.103 €	33.226.731 €
Solvabilidade	2,44	2,54	2,53

2.4.3 Rácio da Autonomia Financeira

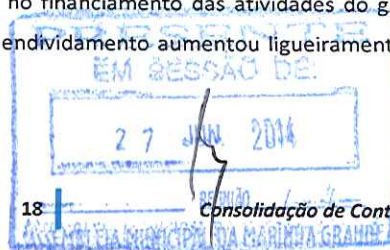
Este indicador evidencia a parte do ativo que é coberto pelo fundo patrimonial. De acordo com os valores apresentados no quadro infra pode verificar-se que o grau de autonomia financeira estabilizou ao longo dos últimos três anos o que significa que o grupo público municipal também estabilizou a sua dependência face a financiamentos externos, o que lhe dá uma maior autonomia. O ano de 2013 não apresenta alteração significativa face ao ano transato de 2012, uma vez que quer o numerador, quer o denominador apresentam uma taxa de crescimento semelhante, 2,91% e 2,99%, respetivamente.

Quadro 12: Rácio da Autonomia Financeira consolidado entre 2011 e 2013

	2011	2012	2013
Fundo Patrimonial Consolidado	78.548.224 €	81.802.995 €	84.186.038 €
Ativo Líquido Consolidado	110.681.924 €	114.006.098 €	117.412.769 €
Autonomia Financeira	0,71	0,72	0,72

2.4.4. Rátios de Endividamento

O rácio de **Endividamento** consolidado mede o peso dos capitais alheios no financiamento das atividades do grupo público municipal. Da análise dos valores apresentados verifica-se que o grau de endividamento aumentou ligeiramente no ano de 2013.



Quadro 13: Rácio do Endividamento Consolidado entre 2011 e 2013

	2011	2012	2013
Passivo	32.133.701 €	32.203.103 €	33.226.731 €
Ativo Líquido	110.681.924 €	114.006.098 €	117.412.769 €
Endividamento	0,29	0,28	0,28

O indicador de **Endividamento – Empréstimos de Médio e Longo Prazo** consolidado permite averiguar o grau de dependência do ativo líquido total do do grupo público municipal relativamente aos empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelas entidades. Da análise dos valores apresentados verifica-se que o grau de endividamento relativamente aos empréstimos de médio e longo prazo tem vindo gradualmente a descer ao longo dos últimos três anos, sendo que 2013 é o ano em que o indicador apresenta o valor mais baixo do período em análise. Este comportamento é justificado pela amortização gradual dos empréstimos contraídos pelas entidades.

Quadro 14: Rácio do Endividamento - Empréstimos de Médio e Longo Prazo consolidado entre 2011 e 2013

	2011	2012	2013
Empréstimos de MLP	4.666.035 €	3.771.079 €	2.955.319 €
Ativo Líquido	110.681.924 €	114.006.098 €	117.412.769 €
Endividamento - Empréstimos MLP	0,04	0,03	0,03

3. EVOLUÇÃO DA GESTÃO DO CONJUNTO DAS ENTIDADES COMPREENDIDAS NA CONSOLIDAÇÃO

3.1 ANÁLISE AO BALANÇO

O Balanço Consolidado apresenta a situação do património do Grupo à data de encerramento do exercício de 2013.

Apresentamos, de seguida uma súmula do Balanço Consolidado do ano de 2013:

Quadro 15: Mapa - Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado – Ativo

Ativo consolidado	2011	%	2012	%	2013	%	Varia.
Imobilizado	106.797.187,71 €	96,79%	109.792.349,20 €	96,30%	111.616.137,08 €	95,06%	1,66%
Bens do domínio Público	39.739.558,47 €	36,01%	39.134.878,01 €	34,33%	37.756.818,52 €	32,16%	-3,52%
Imobilizações Incorpóreas	357.430,77 €	0,32%	404.932,98 €	0,36%	225.058,00 €	0,19%	-44,42%
Imobilizações Corpóreas	65.551.238,71 €	59,41%	69.108.508,11 €	60,62%	72.495.160,13 €	61,74%	4,90%
Investimentos Financeiros	1.148.959,76 €	1,04%	1.144.030,10 €	1,00%	1.139.100,43 €	0,97%	-0,43%
Circulante	3.546.736,61 €	3,21%	4.213.748,80 €	3,70%	5.796.632,12 €	4,94%	37,56%
Existências	209.218,00 €	0,19%	201.510,20 €	0,18%	173.190,99 €	0,15%	-14,05%
Dívidas de Terceiros CP	1.361.044,80 €	1,23%	1.870.402,32 €	1,64%	1.194.919,19 €	1,02%	-36,11%
Disponibilidades	1.404.040,03 €	1,27%	1.753.538,98 €	1,54%	3.626.440,20 €	3,09%	106,81%
Acréscimos e Diferimentos	572.433,78 €	0,52%	388.297,30 €	0,34%	802.081,74 €	0,68%	106,56%
TOTAL DO ATIVO	110.343.924,32 €	100%	114.006.098,00 €	100%	117.412.769,20 €	100%	2,99%



Quadro 16: Mapa - Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado – Fundos Próprios e passivo

Fundos Próprios e Passivo	2011	%	2012	%	2013	%	Varia.
Fundos Próprios	78.210.223,77 €	70,88%	81.802.995,49 €	71,75%	84.186.038,27 €	71,70%	2,91%
Património	52.460.806,38 €	47,54%	52.520.039,28 €	46,07%	52.557.524,97 €	44,76%	0,07%
Doações	6.437.185,05 €	5,83%	7.390.006,04 €	6,48%	7.877.818,43 €	6,71%	6,60%
Reservas	852.431,33 €	0,77%	1.221.291,76 €	1,07%	1.453.869,83 €	1,24%	19,04%
Resultados Transitados	15.784.370,60 €	14,30%	18.733.743,92 €	16,43%	20.592.922,62 €	17,54%	9,92%
Resultado Líquido Exercício	2.675.430,41 €	2,42%	1.937.914,49 €	1,70%	1.703.902,42 €	1,45%	-12,08%
Passivo	32.133.700,55 €	29,12%	32.203.102,51 €	28,25%	33.226.730,93 €	28,30%	3,18%
Provisões	513.700,64 €	0,47%	914.846,04 €	0,80%	690.129,15 €	0,59%	-24,56%
Dívidas a terceiros MLP	6.198.032,31 €	5,62%	5.236.153,51 €	4,59%	4.342.345,74 €	3,70%	-17,07%
Dívidas a Terceiros CP	2.428.891,44 €	2,20%	1.367.981,84 €	1,20%	1.258.466,77 €	1,07%	-8,01%
Acréscimos e Diferimentos	22.993.076,16 €	20,84%	24.684.121,12 €	21,65%	26.935.789,27 €	22,94%	9,12%
TOTAL PASSIVO	110.343.924,32 €	100%	114.006.098,00 €	100%	117.412.769,20 €	100%	2,99%

Pela análise do Balanço Consolidado, verifica-se um acréscimo do Ativo Total em cerca de 2,99%. O ativo circulante apresentou um aumento face a 2012 de 37,56%, o qual se ficou a dever ao aumento dos Acréscimos e Diferimentos (+106,56%) e das Disponibilidades (+106,81%), que em conjunto registaram um aumento em termos absolutos de 2.286.686 euros.

Em termos de estrutura do Ativo, verificou-se uma alteração irrelevante na repartição entre Ativo Fixo e Ativo Circulante, sendo que o Ativo Fixo reduziu o seu peso percentual em relação ao Ativo Circulante na ordem dos 1,24%, passando a corresponder a 95,06% do Ativo Total.

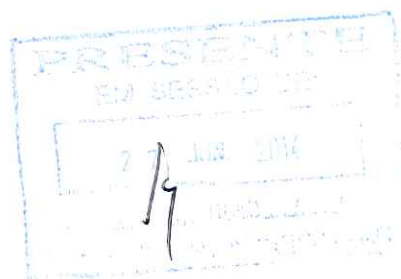
Na divisão do Passivo, entre Capital Próprio e Passivo, também não houve grandes alterações, sendo que as componentes mantiveram o seu peso, 71,70% e 28,30%, respetivamente.

Ao nível do Passivo, salienta-se a diminuição das Provisões (-24,56%), das Dívidas a Terceiros de Curto (-8,01%) e Médio e Longo Prazo (-17,07%), que em conjunto sofreram uma quebra de 16,33%. Pelo contrário, os Acréscimos e Diferimentos registaram um acréscimo de 9,12%.

3.2 ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O objetivo principal da Demonstração de Resultados, é o de aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a antever a capacidade da autarquia em gerar fluxos de caixa. De seguida, apresenta-se um mapa resumo da Demonstração de Resultados consolidada, no qual, para além de ser passível de análise o peso percentual de cada conta no contexto dos Custos e Perdas e dos Proveitos e Ganhos, pode também verificar-se a variação percentual relativamente ao ano 2012.

Pela análise do quadro seguinte, podemos verificar que se assistiu a um acréscimo, quer dos Custos e Perdas, quer dos Proveitos.



Quadro 17: Mapa - Síntese da Estrutura da Demonstração de Resultados Consolidada – Custos e Perdas

Custos e Perdas	2011	%	2012	%	2013	%	Varia.
Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	255.194,34 €	1,12%	185.462,84 €	0,86%	211.747,22 €	0,94%	14,17%
Fornecimentos e Serviços Externos	8.513.731,60 €	37,21%	7.737.111,86 €	35,68%	7.951.988,90 €	35,47%	2,78%
Custos C/ Pessoal	5.372.115,59 €	23,48%	5.026.782,39 €	23,18%	5.317.692,16 €	23,72%	5,79%
Transf. E Subsídios Correntes	1.035.825,20 €	4,53%	1.065.772,93 €	4,91%	976.360,03 €	4,36%	-8,39%
Amortizações do Exercício	3.863.934,59 €	16,89%	3.890.035,76 €	17,94%	4.055.906,04 €	18,09%	4,26%
Provisões do Exercício	390.852,33 €	1,71%	394.135,63 €	1,82%	315.780,01 €	1,41%	-19,88%
Outros Custos e Perdas Operacionais	63.196,67 €	0,28%	70.721,24 €	0,33%	154.511,52 €	0,69%	118,48%
Custos e Perdas Operacionais	19.494.850,32 €	85,21%	18.370.022,65 €	84,71%	18.983.985,88 €	84,68%	3,34%
Custos e Perdas Financeiras	211.914,87 €	0,93%	195.602,00 €	0,90%	116.396,37 €	0,52%	-40,49%
Custos e Perdas Correntes	19.706.765,19 €	86,13%	18.565.624,65 €	85,61%	19.100.382,25 €	85,20%	2,88%
Custos e Perdas Extraordinárias	497.551,72 €	2,17%	1.192.512,38 €	5,50%	1.614.043,71 €	7,20%	35,35%
Custos e Perdas Operacionais e Extraordinárias	20.204.316,91 €	88,31%	19.758.137,03 €	91,11%	20.714.425,96 €	92,40%	4,84%
Resultado Líquido do Exercício	2.675.430,41 €	11,69%	1.927.356,96 €	8,89%	1.703.902,42 €	7,60%	-11,59%
TOTAL CUSTOS E PERDAS	22.879.747,32 €	100%	21.685.493,99 €	100%	22.418.328,38 €	100%	3,38%

Quadro 18: Mapa - Síntese da Estrutura da Demonstração de Resultados Consolidada – Proveitos e Ganhos

Proveitos e Ganhos	2011	%	2012	%	2013	%	Varia.
Vendas e prestações de serviços	7.371.857,75 €	30,30%	6.583.166,79 €	32,11%	6.630.846,27 €	29,58%	0,72%
Impostos e taxas	6.478.391,87 €	26,63%	6.460.316,80 €	27,93%	6.733.553,62 €	30,04%	4,23%
Trabalhos para a própria entidade	8.255,43 €	0,03%	5.177,94 €	0,02%	10.367,24 €	0,05%	100,22%
Proveitos suplementares	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	0,00%
Transferências e subsídios obtidos	7.212.214,23 €	29,64%	6.327.018,40 €	29,99%	6.483.239,19 €	28,92%	2,47%
Outros proveitos e ganhos operacionais	8.477,51 €	0,03%	9.034,92 €	0,04%	26.175,88 €	0,12%	189,72%
Proveitos e Ganhos Operacionais	21.079.196,79 €	86,64%	19.384.714,85 €	90,09%	19.884.182,20 €	88,70%	2,58%
Proveitos e ganhos financeiros	180.615,42 €	0,74%	128.263,90 €	0,52%	154.680,22 €	0,69%	20,60%
Proveitos e ganhos correntes	21.259.812,21 €	87,38%	19.512.978,75 €	90,61%	20.038.862,42 €	89,39%	2,70%
Proveitos e ganhos extraordinários	3.070.025,57 €	12,62%	2.172.515,24 €	9,39%	2.379.465,96 €	10,61%	9,53%
Proveitos e Ganhos Correntes e Extraordinários	24.329.837,78 €	100%	21.685.493,99 €	100%	22.418.328,38 €	100,00%	3,38%
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	24.329.837,78 €	100%	21.685.493,99 €	100%	22.418.328,38 €	100,00%	3,38%

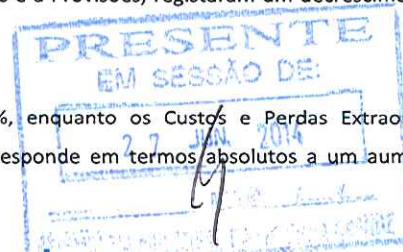
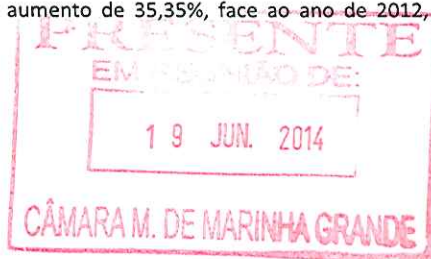
Em termos globais, comparando Custos e Perdas com Proveitos e Ganhos, verifica-se um saldo positivo sendo que tal diferença, é traduzida pelo Resultado Líquido do Exercício de 2013, que se cifrou em 1.703.902 euros.

Analisada a estrutura da Demonstração de Resultados, verificam-se alterações significativas na repartição do peso percentual de cada uma das Contas que o integram.

Os Custos Operacionais são os que têm, de longe, o maior peso (84,68%), tendo registado um aumento do seu peso percentual em 0,03%, face ao ano transato.

Em contrapartida, as contas relativas a Transferências e Subsídios Correntes e a Provisões, registaram um decréscimo face ao ano de 2012 de 8,639% e 20,05% respetivamente.

Os Custos e Perdas Financeiros apresentam um decréscimo de 40,49%, enquanto os Custos e Perdas Extraordinários apresentaram um aumento de 35,35%, face ao ano de 2012, o que corresponde em termos absolutos a um aumento de 421.531 euros.



Quanto aos Proveitos e Ganhos, constata-se que o conjunto dos Proveitos e Ganhos Operacionais, os Proveitos e Ganhos Financeiros e os Proveitos e Ganhos Extraordinários sofreram um aumento face ao ano transato de 2,58%, 20,60% e 9,53%, respetivamente.

4. ANEXOS À DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

4.1 INTRODUÇÃO

O Município da Marinha Grande apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, relativamente ao exercício de 2013, reportado a 31 de Dezembro.

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo público municipal foram efectuadas segundo as normas previstas na Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, através da qual é aprovada a orientação n.º 1/2010, que estabelece um conjunto de princípios que devem estar subjacentes à consolidação de contas.

As notas do presente Anexo incluem as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação, mapa de endividamento de médio longo prazo, bem como Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa Consolidados.

4.2 INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

4.2.1 Entidades incluídas na consolidação



Município da Marinha Grande

Sede social: Praça Guilherme Stephens 2430-922 Marinha Grande

Actividade Principal: Autarquia Local



TUMG-Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M. Unipessoal, S.A.

Sede social: Rua Pereira Crespo 2430-243 Marinha Grande

Actividade Principal: O principal objectivo é a dinamização dos transportes urbanos na Marinha Grande, no sentido de dar resposta às necessidades de deslocação da população relacionadas com as actividades comerciais, de serviços, da vida social e do lazer, e também como alternativa às deslocações pendulares casa / trabalho / casa e casa / escola / casa.



4.3 INFORMAÇÕES DE PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

Para garantir uma uniformização da informação das duas entidades incluídas no perímetro de consolidação foi convertido para o POCAL, através de reclassificações e ajustamentos que se revelam necessários, os documentos de prestação de contas da entidade consolidada, uma vez que os seus documentos são concebidos em SNC – Sistema de Normalização Contabilística.

O Município da Marinha Grande utiliza no processo de consolidação o método de consolidação integral.

4.4 INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

No decurso de 2013 não existiu alterações ao conjunto de entidades incluídas no perímetro de consolidação.

4.5 INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO:

Extra contabilisticamente foram efetuados aumentos e diminuições nas rubricas de DF'S, tendo em vista:

- I) A eliminação das Participações Financeiras;
- II) A eliminação de transações recíprocas entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- III) Harmonização contabilística das amortizações e provisões
- IV) E eliminação dos saldos entre estas mesmas entidades.

4.6 INFORMAÇÕES SOBRE O ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

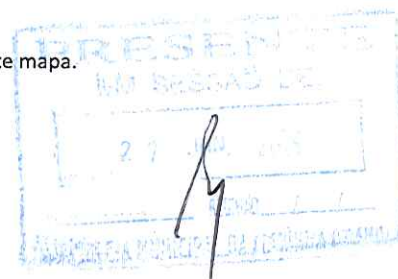
O grupo municipal apresenta o seguinte endividamento de médio e longo prazos:

Quadro 19: Endividamento consolidado de médio e longo prazos

Código / Designação das contas	Dívidas a terceiros de médio/longo prazos			Eliminação de créditos / dívidas recíprocos	Grupo público consolidado
	Município da Marinha Grande	TUMG, E.M.	Total		
1	2	3	4=2+3	5	6=4-5
Instituições de Crédito	2.955.319 €	- €	2.955.319 €	- €	2.955.319 €
Fornecedores de Leasing	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Credores	1.387.026 €	- €	1.387.026 €	- €	1.387.026 €
Total	4.342.346 €	- €	4.342.346 €	- €	4.342.346 €

4.7 INFORMAÇÕES SOBRE SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS

Os saldos e fluxos financeiros da entidade consolidante e consolidada resulta no seguinte mapa.



Quadro 20: Saldo e fluxos financeiros consolidados

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		1.753.538,98	Despesas Orçamentais		22.275.960,29
Execução orçamental	1.042.709,58		Correntes	15.377.094,77	
Operações de tesouraria	710.829,40		Capital	6.898.865,52	
Receitas orçamentais		24.228.228,50	Operações de Tesouraria		1.697.035,40
Correntes	19.535.221,36		Saldo para a gerência seguinte		3.626.440,20
Capital	4.658.474,01		Execução orçamental	2.994.977,79	
Outras	34.533,13		Operações de tesouraria	631.462,41	
Operações de tesouraria		1.617.668,41			
Total		27.599.435,89	Total		27.599.435,89

4.8 INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

Os compromissos assumidos pelo Município da Marinha Grande para exercícios futuros, relativo à entidade consolidante figuram todos no balanço consolidado.

4.9 INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram cumpridos critérios valorimétricos que constam do ponto 4 do POCAL, nomeadamente o ponto 4.1 - Imobilizações. Nas entidades incluídas no perímetro de consolidação foram convertidos os seus próprios critérios de valorimetria em critérios uniformes ao grupo público.

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

Quadro 21: Mapa de Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas Consolidado

	Município da Marinha Grande		TUMG	
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total Consolidado
Existência Inicial	46.697,32 €	170.351,20 €	- €	217.048,52 €
Compras	3.058,69 €	226.606,87 €	58,80 €	229.724,36 €
Regularizações Negativas	274,78 €	33.116,49 €	- €	33.391,27 €
Regularizações Positivas	118,84 €	22.864,66 €	- €	22.983,50 €
Existências Finais	44.358,74 €	180.259,25 €		224.617,99 €
CMVMC	5.241 €	206.447 €	59 €	211.747 €

O saldo das provisões consolidado no ano de 2013 ascende a 2.026.521 euros.

Quadro 22: Mapa de Provisões Consolidado

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO CONSOLIDADO
19	Provisões para aplicação tesouraria	0,00 €
291	Provisões para cobrança duvidosa	1.284.964,73 €
292	Provisões para riscos e encargos	690.129,15 €
39	Provisões para depreciação de existências	51.427,00 €
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00 €
Total		2.026.521 €

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários ambos imediatamente realizáveis.

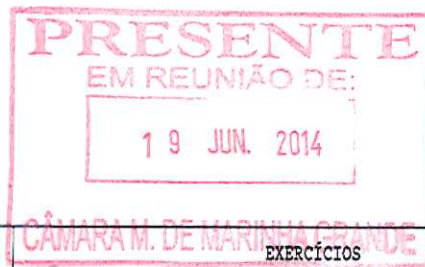
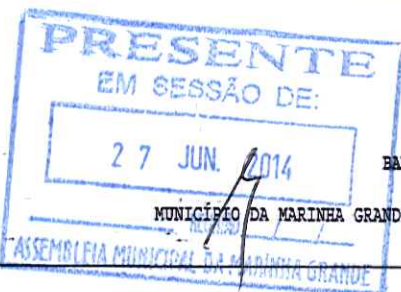


PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA



BALANÇO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE





ENTIDADE

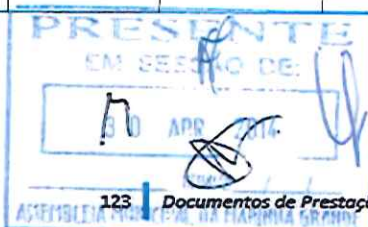
CMMG

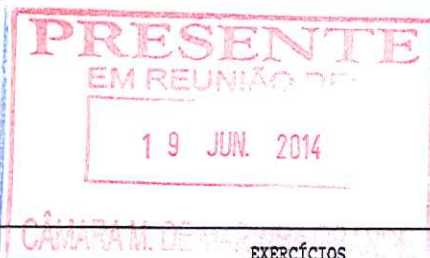
MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE

ANO 2013

PAG. 1

CÓDIGO DAS CONTAS	ATIVO	N			N - 1
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
451	Bens de domínio público	7.420.003,51		7.420.003,51	7.296.588,66
452	Terrenos e recursos naturais	868.201,45	128.812,54	739.388,91	750.262,28
453	Edifícios	58.378.762,92	29.666.841,69	28.711.921,23	29.596.334,85
455	Outras construções e infra-estruturas	125.822,80		125.822,80	125.822,80
459	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural				
445	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso	759.682,07		759.682,07	1.365.869,42
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		67.552.472,75	29.795.654,23	37.756.818,52	39.134.878,01
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	1.476.010,95	1.462.577,20	13.433,75	29.534,06
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	652.207,27	541.408,21	110.799,06	169.808,62
433	Propriedade industrial e outros direitos	100.825,19		100.825,19	205.548,62
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		2.229.043,41	2.003.985,41	225.058,00	404.891,30
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	22.857.977,02		22.857.977,02	22.085.056,43
422	Edifícios e outras construções	43.726.310,91	5.954.054,88	37.772.256,03	32.628.913,65
423	Equipamento básico	14.275.870,41	11.773.179,26	2.502.691,15	2.618.250,37
424	Equipamento de transporte	161.007,84	98.275,12	62.732,72	26.666,69
425	Ferramentas e utensílios	53.633,23	50.303,68	3.329,55	734,00
426	Equipamento administrativo	1.520.298,87	1.437.561,65	82.737,22	101.072,82
427	Taras e vasilhame	5.048,95	4.878,90	170,05	469,91
429	Outras imobilizações corpóreas	3.604.029,06	360.144,69	3.243.884,37	3.240.753,37
442	Imobilizações em curso	5.559.904,19		5.559.904,19	7.974.895,97
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	35.300,00		35.300,00	40.831,12
		91.799.380,48	19.678.398,18	72.120.982,30	68.717.644,33
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	1.137.627,15		1.137.627,15	1.137.627,15
412	Obrigações e títulos de participação				
414	Investimentos em imóveis	394.049,49	54.576,21	339.473,28	344.402,95
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		1.531.676,64	54.576,21	1.477.100,43	1.482.030,10
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	180.259,25	51.427,00	128.832,25	154.812,88
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermediários				
32	Mercadorias	44.358,74		44.358,74	46.697,32
37	Adiantamentos por conta de compras				
		224.617,99	51.427,00	173.190,99	201.510,20



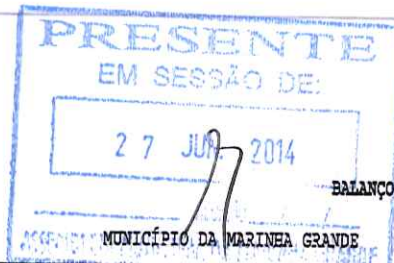


ANO 2013
PAG. 2

ENTIDADE CMVG

CÓDIGO DAS CONTAS	ATIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N - 1
		AB	A/P	AL	AL
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
282	Empréstimos concedidos de m/l prazo				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes c/c	12,90		12,90	
212	Contribuintes c/c	10.249,04		10.249,04	17.371,89
213	Utentes c/c	266.479,63		266.479,63	529.711,23
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	1.167.958,73	742.491,39	425.467,34	171.059,94
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				
264	Administração autárquica				
262+263+267+268	Outros devedores	991.028,66	536.589,03	454.439,63	1.072.113,06
		2.435.728,96	1.279.080,42	1.156.648,54	1.790.256,12
	Títulos negociáveis:				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	3.257.697,65		3.257.697,65	1.537.063,50
11	Caixa	6.124,67		6.124,67	10.252,75
		3.263.822,32		3.263.822,32	1.547.316,25
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	617.484,85		617.484,85	314.763,09
272	Custos diferidos	183.770,21		183.770,21	59.930,50
		801.255,06		801.255,06	374.693,59
	Total de amortizações		51.532.614,03		
	Total de provisões.....		1.330.507,42		
	Total do activo	169.837.997,61	52.863.121,45	116.974.876,16	113.653.219,90



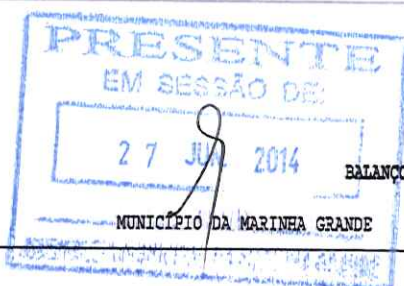


ENTIDADE CMMG

ANO 2013
PAG. 3

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
51	Fundos próprios:		
55	Patrimônio	52.382.868,28	52.345.106,53
56	Ajustamento de partes de capital em empresas		
	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais	1.082.044,57	984.960,61
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações	7.877.818,43	7.390.006,04
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	371.825,26	236.331,15
59	Resultados transitados	20.578.339,12	18.733.743,92
88	Resultado líquido em exercício	1.683.886,21	1.941.679,16
		83.976.781,87	81.631.827,41
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	690.129,15	965.608,95
2312+2613+268	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)	4.342.345,74	5.162.561,00
		5.032.474,89	6.128.169,95
227	Fornecedores - contratos futuros		
2617	Fornecedores Imobilizado - contratos futuros		
26887	Credores diversos - contratos futuros		
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	3.402,00	3.402,00
269	Adiantamentos por conta de vendas	16.021,25	34.089,42
221	Fornecedores c/c	11.811,44	3.837,94
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado c/c		20.696,97
24	Estado e outros entes públicos	47.436,74	74.761,50
264	Administração autárquica		
262+263+267+268	Outros credores	729.441,09	821.449,05
217	Clientes e utentes com caucões	242.325,86	252.857,04
		1.050.438,38	1.211.093,92
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	1.461.197,51	1.252.787,89





ENTIDADE CMMG

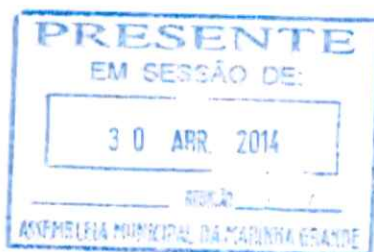
MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE

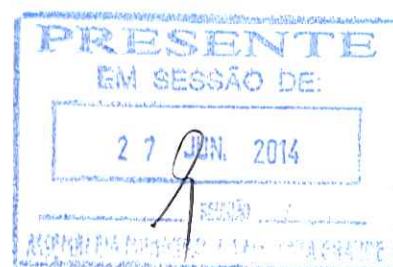
ANO 2013
PAG. 4

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
274	Proveitos diferidos	25.453.983,51	23.429.340,73
		26.915.181,02	24.682.128,62
	Total do passivo	32.998.094,29	32.021.392,49
	Total dos fundos próprios e do passivo	116.974.876,16	113.653.219,90

ORGÃO EXECUTIVO
Em 16 de Abril de 2014
Alvaro Pires

ORGÃO DELIBERATIVO
Em 30 de Abril de 2014
S. Pires





BALANÇO TUMG - UNIPESSOAL, S.A.



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		euros	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2013	31-12-2012
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	390.075,99	426.083,78
Ativos intangíveis	7	0,00	41,68
Ativos por impostos diferidos	26	2.491,72	10.833,59
		392.567,71	436.959,05
Ativo Corrente			
Inventários	19	0,00	0,00
Clientes	28.1	6.520,88	11.559,77
Estados e outros entes públicos	31.1	34.418,56	47.249,65
Outras contas a receber	28.1	0,00	438,98
Diferimentos	31.2	826,68	2.770,12
Caixa e depósitos bancários	4.2/28.3	360.976,57	206.222,73
		402.742,69	268.241,25
Total do Ativo		795.310,40	705.200,30
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	31.3	338.000,00	338.000,00
Reservas legais	31.3	22.331,80	22.331,80
Resultados transitados	61.3	163.158,48	152.600,95
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00
Resultado líquido do período	31.3	43.183,48	-40.205,38
Total do Capital Próprio		566.673,76	472.727,37
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	10/28.4	26.274,92	51.772,17
		26.274,92	51.772,17
Passivo corrente			
Fornecedores	28.1	145.350,42	139.510,93
Estado e outros entes públicos	31.1	12.560,61	4.385,50
Financiamentos obtidos	10/28.4	23.718,45	21.820,34
Outras contas a pagar	28.1	18.616,58	12.991,49
Diferimentos	31.2	2.115,66	1.992,50
		202.361,72	180.700,76
Total do passivo		228.636,64	232.472,93
Total do Capital Próprio e do Passivo		795.310,40	705.200,30

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



PRESENTE
EM SESSÃO DE:
27 JUN. 2014
REUNIÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE



BALANÇO CONSOLIDADO

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
BALANÇO CONSOLIDADO

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE

19 JUN. 2014

PRESENTE
EM SESSÃO DE:

Ano: 2013 27 JUN. 2014

Código das contas POCAL	ATIVO	Exercício			
		N		N-1	
		AB	A/P	AL	
	Imobilizado				
	Bens de Domínio Público				
451	Terrenos e recursos naturais	7.420.003,51	0,00	7.420.003,51	7.296.588,66
452	Edifícios	868.201,45	128.812,54	739.388,91	750.262,28
453	Outras construções e infra-estruturas	58.378.762,92	29.666.841,69	28.711.921,23	29.596.334,85
455	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	125.822,80	0,00	125.822,80	125.822,80
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilização em curso	759.682,07	0,00	759.682,07	1.365.869,42
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
	<i>Sub-total</i>	<i>67.552.472,75</i>	<i>29.795.654,23</i>	<i>37.756.818,52</i>	<i>39.134.878,01</i>
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.476.010,95	1.462.577,20	13.433,75	29.534,06
433	Propriedade industrial e outros direitos	652.332,27	541.533,21	110.799,06	169.850,30
443	Imobilizações em curso	100.825,19	0,00	100.825,19	205.548,62
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
	<i>Sub-total</i>	<i>2.229.168,41</i>	<i>2.004.110,41</i>	<i>225.058,00</i>	<i>404.932,98</i>
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	22.877.367,02	1.163,40	22.876.203,62	22.103.283,03
422	Edifícios e outras construções	43.884.835,68	5.959.192,74	37.925.642,94	32.783.886,83
423	Equipamento Básico	14.787.755,70	12.098.008,05	2.689.747,65	2.816.640,75
424	Equipamento de transporte	161.007,84	98.275,12	62.732,72	26.666,69
425	Ferramentas e utensílios	53.633,23	50.303,68	3.329,55	734,00
426	Equipamento administrativo	1.582.094,01	1.483.892,34	98.201,67	120.292,27
427	Taras e vasilhame	5.048,95	4.878,90	170,05	469,91
429	Outras imobilizações corpóreas	3.604.202,42	360.274,68	3.243.927,74	3.240.807,54
442	Imobilizações em curso	5.559.904,19	0,00	5.559.904,19	7.974.895,97
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	35.300,00	0,00	35.300,00	40.831,12
	<i>Sub-total</i>	<i>92.551.149,04</i>	<i>20.055.988,91</i>	<i>72.495.160,13</i>	<i>69.108.508,11</i>
	Investimentos financeiros:				
411	Partes de capital	799.627,15	0,00	799.627,15	799.627,15
412	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
414	Investimentos em imóveis	394.049,49	54.576,21	339.473,28	344.402,95
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
	<i>Sub-total</i>	<i>1.193.676,64</i>	<i>54.576,21</i>	<i>1.139.100,43</i>	<i>1.144.030,10</i>
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	180.259,25	51.427,00	128.832,25	154.812,88
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	44.358,74	0,00	44.358,74	46.697,32
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
	<i>Sub-total</i>	<i>224.617,99</i>	<i>51.427,00</i>	<i>173.190,99</i>	<i>201.510,20</i>
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
213	Clientes, c/c	3.590,00	0,00	3.590,00	8.376,77
212	Contribuintes, c/c	10.249,04	0,00	10.249,04	17.371,89
213	Utentes, c/c	266.479,63	0,00	266.479,63	529.711,23
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	1.174.118,03	748.375,70	425.742,33	174.242,94
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	34.418,56	0,00	34.418,56	68.147,45
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262+263+267+268	Outros devedores	991.028,66	536.589,03	454.439,63	1.072.552,04
	<i>Sub-total</i>	<i>2.479.883,92</i>	<i>1.284.964,73</i>	<i>1.194.919,19</i>	<i>1.870.402,32</i>
	Títulos negociáveis:				
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	3.619.755,53	0,00	3.619.755,53	1.742.726,23
11	Caixa	6.684,67	0,00	6.684,67	10.812,75
	<i>Sub-total</i>	<i>3.626.440,20</i>	<i>0,00</i>	<i>3.626.440,20</i>	<i>1.753.538,98</i>
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	617.484,85	0,00	617.484,85	317.533,21
272	Custos diferidos	184.596,89	0,00	184.596,89	70.764,09
	<i>Sub-total</i>	<i>802.081,74</i>	<i>0,00</i>	<i>802.081,74</i>	<i>388.297,30</i>
	Total de amortizações		51.910.329,76		
	Total de provisões/ajustamentos		1.336.391,73		
	Total do activo	170.659.490,69	53.246.721,49	117.412.769,20	114.006.098,00

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE



Código das contas POCAL	BALANÇO	Exercício			
		N		N-1	
		AB	A/P	AL	AL
	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO				
	Fundos próprios:				
51	Património			52.382.868,28	52.345.106,53
	Diferenças de consolidação			174.656,69	174.932,75
55	Ajustamento de partes de capital em empresas				
56	Reservas de reavaliação				
	Reservas:				
571	Reservas legais			1.082.044,57	984.960,61
572	Reservas estatutárias			0,00	
573	Reservas contratuais			0,00	
574	Reservas livres			0,00	
575	Subsídios			0,00	
576	Doações			7.877.818,43	7.390.006,04
577	Reservas decorrentes de transferência de activos			371.825,26	236.331,15
59	Resultados transitados			20.592.922,62	18.733.743,92
88	Resultado líquido do exercício			1.703.902,42	1.937.914,49
	Total dos Fundos Próprios			84.186.038,27	81.802.995,49
	Passivo:				
292	Provisões para riscos e encargos			690.129,15	914.846,04
2312+2613+268	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)			4.342.345,74	5.236.153,51
				5.032.474,89	6.150.999,55
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:				
2311	Empréstimos de curto prazo			49.993,37	
269	Adiantamentos por conta de vendas			3.402,00	3.402,00
221	Fornecedores, c/c			161.371,67	173.600,35
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência			11.811,44	3.837,94
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			0,00	
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c			0,00	20.696,97
24	Estado e outros entes públicos			59.997,35	79.147,00
264	Administração autárquica			0,00	
262+263+267+268	Outros credores			729.565,08	834.440,54
217	Clientes e utentes com cauções			242.325,86	252.857,04
	Sub-total			1.258.466,77	1.367.981,84
	Acréscimos e diferimentos:				
273	Acréscimos de custos			1.479.690,10	1.254.780,39
274	Proveitos diferidos			25.456.099,17	23.429.340,73
				26.935.789,27	24.684.121,12
	Total do Passivo			33.226.730,93	32.203.102,51
	Total dos Fundos Próprios e do Passivo			117.412.769,20	114.006.098,00

Órgão Executivo
Em 19 de Junho de 2014
Amaral Pereira

Órgão Desembargante
Em 27 de Junho de 2014
S. Pereira



DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE





DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE

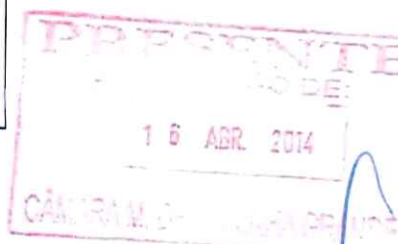
Janeiro - Dezembro

ANO 2013

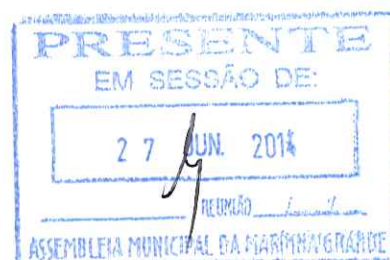
PÁG. 1

Código de Contas		Exercício			
		N		N - 1	
61	Custos e perdas				
	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	5.241,43		1.284,66	
	Matérias	206.446,99	211.688,42	174.904,15	176.188,81
62	Fornecimentos e serviços externos:		7.612.558,01		7.333.342,87
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	4.243.707,41	5.161.236,55	4.160.136,29	4.879.938,06
643 a 648	Encargos sociais	917.529,14	1.395.247,87	719.801,77	1.371.197,93
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		3.987.041,44		3.832.659,11
66	Amortizações do exercício		313.078,70		444.589,29
67	Provisões do exercício		105.961,47		69.643,57
65	Outros custos operacionais				
	(A)		18.786.812,46		18.107.559,64
68	Custos e perdas financeiros		115.276,25		195.602,00
	(C)		18.902.088,71		18.303.161,64
69	Custos e perdas extraordinários		1.613.776,74		1.176.929,24
	(E)		20.515.865,45		19.480.090,88
88	Resultado líquido do exercício.....		1.683.886,21		1.941.679,16
	(X)		22.199.751,66		21.421.770,04
	Proveitos e ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias	7.928,48		1.443,70	
7112+7113	Venda de produtos	1.335.741,46		1.297.962,65	
	(B)				
712	Prestações de serviços	5.073.152,19	6.416.822,13	5.051.604,23	6.351.010,58
	()		6.416.822,13		6.351.010,58
72	Impostos e taxas		6.733.520,02		6.460.316,80
(a)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade		10.367,24		5.177,94
73	Proveitos suplementares				
74	Transferências e subsídios obtidos		6.483.239,19		6.327.018,40
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		26.095,34		9.034,92
	(B)		19.670.043,92		19.152.558,64
78	Proveitos e ganhos financeiros		150.541,78		109.854,02
	(D)		19.820.585,70		19.262.412,66
79	Proveitos extraordinários		2.379.165,96		2.159.357,38
	(F)		22.199.751,66		21.421.770,04
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)		883.231,46		1.044.999,00
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		35.265,53		-85.747,98
	Resultados Correntes: (D - C)		918.496,99		959.251,02
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)		1.683.886,21		1.941.679,16

Ordem Executiva
Em 16 de Abril de 2014
Assinatura: [assinatura]

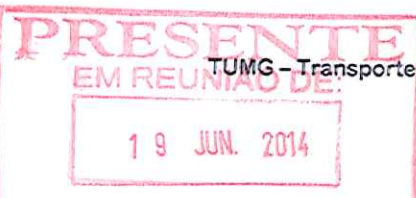


Ordem Deliberativa
Em 30 de abril de 2014
Assinatura: [assinatura]



DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS TUMG - UNIPESSOAL, S.A.



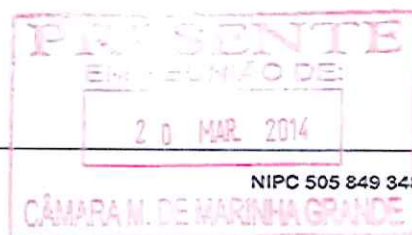


DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31-12-2013		euros	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS 2013	2012
Vendas e serviços prestados	21	498.850,11	654.371,84
Subsídios à exploração	21	395.177,16	305.425,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	-58,80	-9.274,03
Fornecimentos e serviços externos		-641.321,89	-825.984,62
Gastos com o pessoal	29	-156.455,61	-146.844,33
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	28.2	-1.673,83	-309,25
Outros rendimentos e ganhos	21	380,54	14.526,77
Outros gastos e perdas	0	-1.032,98	-15.583,14
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		93.864,70	-23.671,76
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	-38.382,94	-39.171,34
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		55.481,76	-62.843,10
Juros e rendimentos similares obtidos	21	4.138,44	13.157,86
Juros e gastos similares suportados	11	-320,51	-1.077,67
Resultado antes de impostos		59.299,69	-50.762,91
Imposto sobre o rendimento do período - Corrente	26	-7.774,34	-276,06
Imposto sobre o rendimento do período - Diferido	26	-8.341,87	10.833,59
Resultado líquido do período		43.183,48	-40.205,38
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADA



MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE



Código das contas POCAL	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA		
	Custos e perdas		
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Mercadorias	5.241,43	
	Matérias	206.505,79	211.747,22
62	Fornecimentos e serviços externos		7.951.988,90
	Custos com o pessoal:		
641+642	Remunerações	4.365.212,96	
643 a 648	Encargos sociais	952.479,20	5.317.692,16
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais		976.360,03
66	Amortizações do exercício		4.055.906,04
67	Provisões do exercício		315.780,01
65	Outros custos e perdas operacionais		154.511,52
	(A)		18.983.985,88
68	Custos e perdas financeiros		116.396,37
	(C)		19.100.382,25
69	Custos e perdas extraordinários		1.614.043,71
	(E)		20.714.425,96
88	Resultado líquido do exercício		1.703.902,42
			22.418.328,38
	Proveitos e ganhos		
	Vendas e prestações de serviços:		
7111	Vendas de mercadorias	7.928,48	
7112+7113	Vendas de produtos	1.335.741,46	
712	Prestações de serviços	5.287.176,33	6.630.846,27
72	Impostos e taxas		6.733.553,62
	(a) Variação da produção		
75	Trabalhos para a própria entidade		10.367,24
	Proveitos suplementares		
74	Transferências e subsídios obtidos		6.483.239,19
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		26.175,88
	(B)		19.884.182,20
78	Proveitos e ganhos financeiros		154.680,22
	(D)		20.038.862,42
79	Proveitos e ganhos extraordinários		2.379.465,96
	(F)		22.418.328,38
	Resultados operacionais: (B) - (A);		900.196,32
	Resultados financeiros: (D-B) - (C-A);		38.283,85
	Resultados correntes: (D) - (C);		938.480,17
	Resultado líquido do exercício: (F) - (E)		1.703.902,42

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em 19 de Julho de 2014

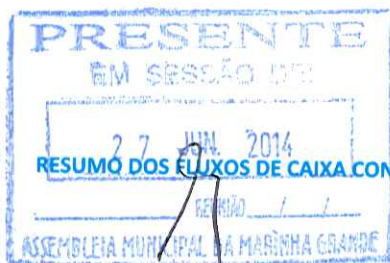
ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em 27 de Julho de 2014



MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA





Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		1.753.538,98	Despesas Orçamentais		22.275.960,29
Execução orçamental	1.042.709,58		Correntes	15.377.094,77	
Operações de tesouraria	710.829,40		Capital	6.898.865,52	
Receitas orçamentais		24.228.228,50	Operações de Tesouraria		1.697.035,40
Correntes	19.535.221,36		Saldo para a gerência seguinte		3.626.440,20
Capital	4.658.474,01		Execução orçamental	2.994.977,79	
Outras	34.533,13		Operações de tesouraria	631.462,41	
Operações de tesouraria		1.617.668,41			
Total		27.599.435,89	Total		27.599.435,89